



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, a serem realizados nos veículos pertencentes à frota oficial da Seção Judiciária de Roraima, conforme quantidade estimada na tabela abaixo nos veículos discriminados no Anexo I deste documento.

Item	Quantidade de horas	Unidade	Descrição
01	50	Hora/homem	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima

### 2 - DA JUSTIFICATIVA

2.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência são necessários para o atendimento de eventuais demandas pertinentes aos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima, no que diz respeito à ocorrência de danos e/ou de sinistros nos mesmos, necessitando, portanto, de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fito de manter sempre o bom funcionamento e a conservação dos veículos oficiais desta Seção Judiciária.

2.2 A empresa a ser contratada deverá ter sede e/ou estabelecimento dentro do perímetro urbano do município de Boa Vista (RR), levando-se em consideração a viabilidade de execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos pertencentes à Seção Judiciária de Roraima.

2.3 Considerando a relação *Custo X Benefício*, advinda da presente contratação, a empresa contratada para prestar serviços de manutenção nos veículos oficiais desta Seção Judiciária não poderá estar localizada a uma distância superior a 07 (sete) km (quilômetros) do Edifício-Sede da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Roraima, Avenida Getúlio Vargas, 3999, bairro Canarinho, Boa Vista/RR;

2.4 Caso a Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima venha a adquirir ou receber novos veículos durante a vigência do Contrato, este(s) veículo(s) será(ão), automaticamente, incluso(s) no anexo I, ficando, portanto, cobertos pelo objeto do presente Termo de Referência.

### 3 - DA LICITAÇÃO

3.1 Dispensa de licitação, Lei 14.133/ 2021, menor valor da hora de serviço.

### 4 – UNIDADE FISCALIZADORA

4.1 Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT

### 5 - DAS OBRIGAÇÕES DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

5.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, quando da execução dos serviços de manutenção dos veículos oficiais;

5.2 Proporcionar todas as facilidades necessárias para que a Contratada possa cumprir a contento as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.3 Comunicar à Contratada acerca de quaisquer irregularidades eventualmente verificadas no funcionamento dos veículos oficiais, a fim de que sejam sanadas;

5.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do estabelecido neste Termo de Referência.

## **6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 Utilizar somente instrumentos e ferramentas recomendadas pelos fabricantes dos veículos oficiais, conforme as normas estabelecidas pelas montadoras dos veículos;

6.2 Assumir total e irrestrita responsabilidade sobre os veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima, enquanto estes permanecerem em suas oficinas/estabelecimentos, para fins da realização de manutenções preventivas e/ou corretivas;

6.3 Ser responsável pelos danos causados, direta e/ou indiretamente, à Seção Judiciária de Roraima e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços contratados, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte desta Seção Judiciária;

6.4 Reparar, corrigir e/ou substituir, às suas expensas, as peças dos veículos oficiais desta Seção Judiciária que apresentarem vícios, defeitos e/ou incorreções resultantes da execução dos serviços de manutenção contratados;

6.5 Ser responsável por todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações sociais previstas nas legislações vigentes, tendo em vista que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a Seção Judiciária de Roraima;

6.6 Ser responsável por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva realizados nos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima;

6.7 Fornecer garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias para os serviços de manutenção realizados nos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima;

6.8 Sempre que solicitado pela Seção Judiciária de Roraima, a Contratada deverá elaborar relatório circunstanciado acerca dos procedimentos adotados quando da realização das manutenções preventivas e/ou corretivas realizadas nos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima;

6.9 A Contratada deverá manter, durante todo o período de vigência do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no certame licitatório;

6.10 A Contratada deverá sujeitar-se à fiscalização da Seção Judiciária de Roraima, no cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

## **7 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

7.1 - A oficina contratada deve cuidar para que o óleo lubrificante retirado do veículo fique corretamente armazenado enquanto espera sua destinação, de forma que não contamine o meio ambiente e não seja ele próprio contaminado por outros produtos ou substâncias que dificultem ou impeçam a sua recuperação através do processo de novo refino;

7.2 - A contratada deve entregar o óleo lubrificante usado ou contaminado ao seu revendedor ou diretamente para um coletor autorizado pela ANP.

## **8 - DOS PRAZOS DE INÍCIO E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

**8.1- O prazo para início dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva nos veículos oficiais** deverá ser de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da respectiva Requisição (Ordem de Serviço Externo) e/ou do recebimento de mensagem eletrônica (e-mail), enviados pela Seção Judiciária de Roraima à Contratada;

**8.2 – O prazo de execução/duração dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva nos veículos oficiais** deverá ser de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento do (s) veículo (s) oficial (is) pela Contratada. Caso a Contratada necessite de um prazo mais extenso para a execução dos serviços acima mencionados, aquela deverá solicitar por escrito uma prorrogação de prazo à Seção Judiciária de Roraima (e-mail: sevit.rr@trfl.jus.br), fundamentando o seu pedido. Tal solicitação deve ser encaminhada a esta Seção Judiciária de forma tempestiva, ou seja, dentro do prazo inicialmente estabelecido à Contratada. Neste caso, a Seção Judiciária de Roraima decidirá acerca do solicitado pela Contratada.

**8.3 -** Após o recebimento do veículo junto com a respectiva Requisição de Serviços Mecânicos em Viatura-MOD 14-021(Ordem de Serviço), é de total responsabilidade da contratada a guarda, conservação, manutenção, uso em testes necessários, eventuais infrações ou autuações de trânsito e fatos relacionados/decorrentes do uso impróprio do veículo oficial.

## **9 – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

**9.1 -** A manutenção dos veículos oficiais deverá ser de natureza preventiva e corretiva, entendendo-se por:

**9.1.1 – MANUTENÇÃO PREVENTIVA** – Diz respeito à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas nos manuais dos veículos, levando-se em consideração a quilometragem percorrida pelos mesmos, para fins de prevenção de eventuais quebras, defeitos e/ou danos, mantendo-os sempre em perfeito estado de uso e conservação, incluindo-se neste tipo de manutenção as trocas autorizadas de peças automotivas que se fizerem necessárias ao bom funcionamento dos veículos oficiais.

**9.1.2 – MANUTENÇÃO CORRETIVA** – Se destina a colocar os veículos oficiais em perfeito estado de uso, mediante a substituição autorizada de peças automotivas que apresentarem danos e/ou defeitos, assim como a execução de regulagens, ajustes mecânicos, ajustes elétricos e o que mais seja necessário ao pronto restabelecimento das boas condições de funcionamento dos veículos oficiais.

**9.2 –** Os serviços de manutenção a serem executados em oficina/estabelecimento da Contratada são:

- a) manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de direção, suspensão, transmissão, frenagem e de eletricidade dos veículos;
- b) alinhamento e balanceamento de rodas dos veículos;
- c) substituições de peças automotivas gastas, quebradas e/ou defeituosas, ocasionadas pela utilização dos veículos;
- d) retífica de motores dos veículos;
- e) revisão, recarga (total ou parcial) e reparação dos sistemas de ar-condicionado dos veículos;
- f) reparação de câmbio e de diferencial dos veículos;
- g) serviços de borracharia (substituição, reparo e rodízio de pneus dos veículos); e
- h) serviços de lanternagem e pintura.

**9.3 -** Os serviços de manutenção preventiva ou corretiva, serão eventualmente executados conforme a Seção

Judiciária de Roraima verificar a necessidade e expedir a Ordem de Serviço (Requisição de Serviços Mecânicos em Viatura-MOD 14-021).

9.4 - A Seção Judiciária de Roraima poderá utilizar parte, toda ou acrescentar a quantidade de horas de serviços contratada até o limite de 25% conforme a necessidade da Administração e previsão legal do Art. 125, Lei 14.133/ 2021.

## **10 - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**

10.1 - Os serviços de manutenção objeto deste Termo de Referência deverão ser executados em oficinas/estabelecimentos da empresa contratada, preferencialmente, em dias e horários de expediente normal, exceto quando for imprescindível a realização de tais serviços em dias e/ou em horários diversos dos de expediente normal. Neste caso, a Seção Judiciária de Roraima decidirá acerca de solicitação feita pela Contratada neste sentido.

## **11 - DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1 - Não será admitida a subcontratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Seção Judiciária de Roraima.

## **12 – DO PAGAMENTO**

12.1- O valor de cobrança pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será o resultado da multiplicação da quantidade de horas/homem de serviço (tempo de mão-de-obra despendido para a executar os serviços - Anexo II), pelo valor unitário da hora de serviço contratado.

12.2 - O tempo despendido em cada serviço executado, deve estar de conformidade com o tempo padronizado para cada tipo de serviço/tipo de veículo com tempos padrões descrito no Anexo II. Caso o veículo e/ou serviço demandado não conste no Anexo II (tabela temporária), será adotado o tempo de referência praticado pela concessionária autorizada do fabricante do veículo em questão.

12.3 - A(s) quantidade(s) de tempo (hora) dos serviços relacionados no Anexo II, é um número em escala decimal e deve(m) ser(em) multiplicado(s) pelo valor da hora de serviço/homem contratado.

12.4 - Os serviços realizados ao longo de um mês, mediante Ordens de Serviço, deverão ser faturados em uma única Nota Fiscal no ultimo dia útil do mês de competência.. Os valores devidos pela Seção Judiciária de Roraima serão pagos mediante crédito em conta corrente da Contratada, após a apresentação da respectiva nota fiscal e documentação pertinente conforme item 13, constando os dados bancários da Contratada, como nome do banco, número da agência, número da conta corrente, além dos demais dados necessários à efetivação de tal procedimento.

12.5 - Caso a Contratada não seja inscrita no Simples Nacional ou não apresente a respectiva declaração de inscrição, serão retidos os tributos federais pertinentes no ato de pagamento da nota fiscal;

12.6 - A Seção Judiciária de Roraima poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a retenções cautelares, multas e/ou indenizações eventualmente devidas pela Contratada.

12.7 - Informar o número da conta bancária destino do pagamento na Nota Fiscal.

12.8 - Destaque dos tributos com base no que couber:

a) IN RFB no 1.234/2012 - Aplicável aos Órgãos e Entidades do Governo Federal ( IRPJ, CSLL, Cofins, PIS/PASEP)

- b) IN RFB no 2.110/2022 ( Retenção da contribuição Previdenciária)
- c) Lei 123/2006 (Microempresas de Pequeno porte - Simples Nacional)
- d) Lei 12.546/2011 (Desoneração da Folha de pagamento)

### 13- DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 13.1 - Certidão Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 13.2 – Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- 13.3 - Certidão Negativa de Tributos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF);
- 13.4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

### 14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

**IV) Multa:**

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) O atraso superior a 30 dias faculta à Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

OBS: É parte integrante deste Termo de Referência os Anexos I e II.

Boa Vista-RR, na data da assinatura eletrônica.

**RODRIGO BARBOSA DA SILVA**  
Supervisor da Sevit

**ANEXO I**

**DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS**

MARCA/ MODELO	ANO FABRICAÇÃO	PLACA	COR	COMBUSTÍVEL
Renault Logan EXP 16	2012	NBA-1659	Branco	Etanol/Gasolina
Renault Logan EXP 16	2012	NBA-1669	Branco	Etanol/Gasolina
Renault Logan EXP 16	2012	NBA-2692	Branco	Etanol/Gasolina
Renault Fluence Dynamique	2012	NBA-2682	Preto	Etanol/Gasolina
Nissan Frontier XE 4x4	2013	NBA-3983	Branco	Diesel
Renault Bus 16DCI (Van)	2007	NAX-2840	Branco	Diesel

**ANEXO II**

**Tabela com a descrição dos serviços e tempo de execução em hora (ver item 12.3).**

Item	Descrição dos serviços	Renault Fluence	Renault Logan	Renault Master	Nissan Frontier
1	ALAVANCA DE MARCHAS - REVISÃO GERAL	1,5	1,5	1,5	1,5
2	ALTERNADOR - REVISÃO	3	3	3	3

3	ALTERNADOR - SUBSTITUIR	1	1	2	2
4	AMORTECEDOR DIANTEIRO - SUBSTITUIR (UNIDADE)	1,2	1,2	1,2	1,2
5	AMORTECEDOR TRASEIRO - SUBSTITUIR (UNIDADE)	1	1	1	1
6	ARREFECIMENTO - LIMPEZA DO SISTEMA	2	2	2	2
7	BANDEJA DIANTEIRA INFERIOR - SUBSTITUIR BUCHAS	1	1	1	1,5
8	BANDEJA DIANTEIRA SUPERIOR - SUBSTITUIR BUCHAS	1	1	1	1,5
9	BANDEJA TRASEIRA - SUBSTITUIR BUCHAS	1	1	1	1,5
10	BARRA CENTRAL - SUBSTITUIR BUCHAS	1,5	1,5	1,5	1,5
11	BICOS INJETORES - REMOÇÃO E LIMPEZA (TODOS)	2	2	2	2
12	BIELETAS - SUBSTITUIR (UNIDADE)	0,5	0,5	0,5	0,5
13	BOBINA DE IGNIÇÃO - SUBSTITUIÇÃO	0,5	0,5	-	-
14	BOMBA D'AGUA - SUBSTITUIR	3	3	3	3
15	BOMBA DE COMBUSTIVEL COMPLETA - SUBSTITUIR (SEM REMOVER O TANQUE)	2	2	-	-
16	BOMBA DA DIREÇÃO HIDRÁULICA - SUBSTITUIR	-	1	3	3
17	BOMBA INJETORA - REMOÇÃO E INSTALAÇÃO	-	-	2,5	2,5
18	BRAÇO AXIAL - SUBSTITUIR CONJUNTO	1	1	1	1
19	BRAÇO OSCILANTE DA SUSPENSÃO DIANTEIRA (LADO) - SUBSTITUIR	2	2	2	2
20	BRAÇO TENSOR DA SUSPENSÃO DIANTEIRA - SUBSTITUIR SUPORTE	1	1	1	1



21	BRAÇO TRANSVERSAL SUSPENSÃO TRASEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1	1
22	BUCHA BRAÇO OSCILANTE DA SUSPENSÃO DIANTEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1	1
23	BUCHA DO BRAÇO DE DIREÇÃO - SUBSTITUIR	1	1	1	1
24	BUZINA - SUBSTITUIR	0,3	0,3	0,3	0,3
25	CABEAMENTO DO ALTERNADOR E BATERIA - REVISÃO	1,5	1,5	1,5	1,5
26	CALÇO DO CÂMBIO - SUBSTITUIR	1	1	1,5	1,5
27	CARTER DO MOTOR - SUBSTITUIR JUNTA	3	3	3	3
28	CHAVE DE SETA (COM OU SEM AIRBAG) - SUBSTITUIR	1,5	1,5	1,5	1,5
29	CILINDRO DE IGNIÇÃO - SUBSTITUIR	1,5	1,5	1,5	1,5
30	CILINDRO MESTRE / CILINDRO RODA TRASEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1,5	1,5
31	COIFA CAIXA DE DIREÇÃO - SUBSTITUIR (UNIDADE)	-	1,2	1,2	1,2
32	COLUNA DE DIREÇÃO - SUBSTITUIR OU REVISAR	2,5	2,5	2,5	2,5
33	CORREIA DENTADA - SUBSTITUIR	5	4	6	-
34	CORREIAS MOTOR (POLY-V / DIREÇÃO HIDRÁULICA / ALTERNADOR - UNIDADE) - SUBSTITUIR	1	1	1,5	1,5
35	COXIM CENTRAL - SUBSTITUIR	-	-	-	1,5
36	COXIM DO MOTOR ESQUERDO / DIREITO (UNIDADE) - SUBSTITUIR	1	1	1	1
37	CRUZETA / CARDAN (SUBSTITUIR)	-	-	-	1,5
38	EMBREAGEM - SUBSTITUIR CONJUNTO COMPLETO	5	5	8	8

39	ESTABILIZADOR DIANTEIRO / TRASEIRO - SUBSTITUIR	1,2	1,2	1,2	1,2
40	FAROL - SUBSTITUIR (UNIDADE)	0,5	0,5	1	1
41	FILTRO DE AR - SUBSTITUIÇÃO	0,25	0,25	0,3	0,3
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL - SUBSTITUIÇÃO	0,15	0,15	0,4	0,4
43	FLUIDO DE FREIO - SUBSTITUIR	1	1	1	1
44	SISTEMA DE FREIOS - LIMPEZA, REVISÃO TOTAL E TROCA DO FLUIDO	5	5	5	5
45	HIDROVÁCUO DE FREIO - SUBSTITUIR	1,2	1,2	1,5	1,5
46	HOMOCINÉTICA - SUBSTITUIR (UNIDADE)	1,2	1,2	1,5	2,5
47	INTERRUPTOR: MARCHA RÉ / ÓLEO DO MOTOR / TEMPERATURA / FAROL - SUBSTITUIR	1	1	1	1
48	JUNTA DO CABEÇOTE - SUBSTITUIR	6	6	6	6
49	JUNTA DA TAMPA DE VÁLVULAS - SUBSTITUIR	1,5	1,5	1,5	1,5
50	LONA DE FREIO - SUBSTITUIR	2	2	2	2
51	MANGUEIRA INFERIOR / SUPERIOR DO RADIADOR - SUBSTITUIR	0,5	0,5	0,5	0,5
52	MOTOR DO LIMPADOR PÁRA-BRISAS - REVISÃO	1,5	1,5	1,5	1,5
53	MOTOR DE PARTIDA - REVISÃO	3	3	3	3
54	ÓLEO DO MOTOR + FILTRO DE ÓLEO (SUBSTITUIÇÃO)	0,4	0,4	0,4	0,4
55	ÓLEO DO CÂMBIO / CAIXA DE TRANSFERÊNCIA / DIFERENCIAL (UNIDADE) - SUBSTITUIR	0,5	0,5	0,5	0,5
56	PAINEL DE INSTRUMENTOS - REVISÃO	1	1	1	1

57	PASTILHA DE FREIO - SUBSTITUIR	1	1	1	1
58	PINÇAS DE FREIO - REVISÃO / SUBSTITUIÇÃO (UNIDADE)	1	1	1,5	1,5
59	PIVÔ DA SUSPENSÃO DIANTEIRA SUPERIOR / INFERIOR C/ REMOÇÃO DE BANDEJA - SUBSTITUIR (UNIDADE)	1	1	1	1
60	POLIA TENSORA DE CORREIA DO MOTOR (UNIDADE) - SUBSTITUIÇÃO	1,5	1,5	1,5	1,5
61	PNEUS - ALINHAMENTO	1	1	1,5	1,5
62	PNEUS - REPARO OU BALANCEAMENTO (UNIDADE)	0,25	0,25	0,25	0,25
63	TERMINAL DE DIREÇÃO (UNIDADE) - SUBSTITUIR	0,5	0,5	0,75	0,75
64	RADIADOR - SUBSTITUIR	2	2	2	2
65	REGULAGEM GERAL DO MOTOR	4	4	4	4
66	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1	1,5
67	ROLAMENTO RODA TRASEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1	2
68	ROLAMENTO DO DIFERENCIAL - REVISAR / SUBSTITUIR	-	-	-	8
69	SOLENOÍDE (QUALQUER) - SUBSTITUIÇÃO	0,5	0,5	0,5	0,5
70	TANQUE DE COMBUSTIVEL - SUBSTITUIÇÃO / LIMPEZA COM REMOÇÃO	2	2	3	3
71	VALVULA TERMOSTÁTICA - SUBSTITUIÇÃO	1,5	1,5	1,5	1,5
72	VENTILADOR DO RADIADOR - SUBSTITUIÇÃO	1	1	1,5	1,5
73	VELAS DE IGNIÇÃO E CABOS - SUBSTITUIÇÃO	0,5	0,5	-	-
74	VIDRO ELÉTRICO (CONJUNTO MÁQUINA E ACIONADOR) - REVISÃO / SUBSTITUIÇÃO (UNIDADE)	1,5	1,5	1,5	1,5

75	CORPO DA VALVULA BORBOLETA – REVISÃO/SUBSTITUIÇÃO	0,4	0,4	-	0,4
76	SCANNER / RASTER (CLIP) INJEÇÃO ELETRÔNICA/COMPUTADOR BORDO – TESTE/CONFIGURAÇÃO	0,8	0,8	-	0,8
77	RECARGA SISTEMA AR CONDICIONADO (INCLUSO LIMPEZA DA TUBULAÇÃO, GÁS/ÓLEO)	1,5	1,5	1,5	1,5
78	FILTRO SECADOR AR CONDICIONADO - SUBSTITUIÇÃO	1	1	1	1
79	EVAPORADOR AR CONDICIONADO - SUBSTITUIÇÃO	8	8	8	8

OBS.: NOS ITENS 78 E 79, ESTÁ INCLUSO O SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DA CARGA DE GÁS EVENTUALMENTE PERDIDA.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Barbosa da Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 24/01/2024, às 14:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **19858795** e o código CRC **B2095F8C**.